MOVIMENTO 25 de Abril

boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS

Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

N.º 4 — 12 NOV. 1974 (Quinzenal) Preço 2$50 * 5.ª DIV./EMGFA Rua da Cova Moura, n.º 1 * DISTRIBUIDO POR: "O SÉCULO"

FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO NO INSTITUTO HIDROGRÁFICO — RUA DAS TRINAS, 49

EDITORIAL

"A poesia é indispensável — se ao menos eu soubesse para que serve . . .". Nesta frase de Jean Cocteau, está contida a questão da necessidade da cultura, nem sempre bem compreendida do ponto de vista utilitário. Milhões de pessoas lêem livros, ouvem música, vêem teatro, vão ao cinema! Porquê? Qual o motivo que nos leva a mergulharmos desta forma nos problemas e na vida dos outros, a identificarmo-nos com uma pintura ou uma obra musical, com as personagens de um romance, de uma peça teatral ou de um filme? Será só por distracção? Ou será para fugirmos ao tédio e a uma existência medieval, para nos refugiarmos noutra existência mais rica, numa aventura sem autênticos riscos?

Evidentemente que o homem, como ser social que é, não se satisfaz apenas com a sua existência, com a sua vivência isolada. Além da sua realização pessoal, aspira a uma plenitude da vida que a sua condição individual com todas as suas limitações lhe frusta, um mundo mais compreensível e justo, um mundo que tenha um sentido. O homem deseja ardentemente absorver o mundo que o rodeia, torná-lo seu, conhecê-lo até às remotas constelações e aos mais profundos segredos do átomo.

Se o homem fosse um ser pleno, esse desejo seria absurdo, pois que então, seria tudo o que era capaz de ser. O desejo do homem de se desenvolver e completar indica que ele é mais do que um indivíduo isolado. Sente que só pode atingir uma realização total se se apoderar da experiência alheia que potencialmente poderia ser dele. Todavia o que o homem sente como potencialmente seu exclui tudo aquilo de que a humanidade, como um todo, é capaz. A cultura é o meio indespensável para essa união do indivíduo com o todo; reflecte a capacidade para a associação, para compartilhar experiências e ideias.

A cultura é sempre condicionada pela sua época e representa a humanidade na medida em que corresponde às ideias e às aspirações, às necessidades e às esperanças de uma determinada situação histórica, cria também uma procura de constante desenvolvimento.

A cultura é uma arma perigosa para os sistemas opressivos, pois que leva a uma compreensão dos fenómenos sociais, que cria nos homens a necessidade de alterá-los. A medida que se dá o progresso da ciência e da técnica, as sociedades têm também que ir acompanhando este desenvolvimento de modo a adaptarem-se às novas relações de produção.

Esta a razão de se ter vivido durante 48 anos no obscurantismo e concomitantemente o desenvolvimento do País ser dos mais baixos da Europa. Havia que manter as relações de produção no estado em que estavam, para não haver necessidade de alterar as relações sociais, e portanto perderem-se os previlégios anteriormente adquiridos.

Cultivava-se o mito do "bom camponês", ao qual restava "saber ler e escrever, para ser feliz . . .".

A cultura era restringida a elites localizadas em centros previligiados, e desligados dos problemas reais. A literatura e as artes são mistificadas, ocultam a realidade no mistério. As condições sociais, os fenómenos reais e os conflitos do nosso tempo, são transpostos para uma irrealidade fora do tempo. Buscava-se a alienação e não a compreensão.

O regime implantado em 1926, fechou escolas e reduziu os tempos de escolaridade. Uma evolução do nível cultural das populações, implicaria fatalmente mudanças e não era isso que se pretendia.

Mas, era impossível manter um país indefinidamente no obscurantismo e por isso se deu o 25 de Abril: vitória de todo um povo, que queria efectivamente mudar. No entanto, esta foi a primeira batalha, e até talvez a mais fácil. Muitas outras haverá que travar até chegarmos ao fim a que nos propusemos: o estabelecimento da democracia em Portugal. *E isso implica que todos participamos na batalha do esclarecimento e da informação. A cultura não se impõe: a cultura nasce do povo. É na batalha do dia a dia que se cria a cultura. Levar ao povo o que é do povo é a tarefa em que agora nos empenhamos ao lançar a campanha de DINAMIZAÇÃO CULTURAL;*

Democratização das Forças Armadas

- **Uma nova sociedade militar**
- **Alguns aspectos práticos**

Estes dois artigos abordam um tema de grande importância. Pretendem ser um contributo para a definição do que se entende por Democratização das Forças Armadas.

Há que esclarecer exactamente o que deve entender-se por democratização das Forças Armadas, ou por Forças Armadas democráticas. Vai por aí muita confusão a este respeito que urge desfazer.

Sendo o poder militar, (numa sociedade onde o poder político tenha emergido democraticamente) um dos componentes do poder político, há que garantir a todo o custo que a estrutura militar:

— Atinja o máximo da sua eficiência no desenvolvimento das missões que lhe são próprias para a consecução dos objectivos nacionais definidos pelo poder político, sem possibilidade de a ele se sobrepor.

A condição restritiva imposta às Forças Armadas de uma sociedade democrática — não possibilidade de sobreposição ao poder político que emanava do povo — colocaria de parte por si só, se outros factores não existissem, a *democratização das Forças Armadas* no sentido dos seus chefes em vários escalões serem designados por eleição das bases. Uma prática deste tipo poderia conduzir a situação de confronto entre as Forças Armadas e o Poder legítimo, ele sim designado por toda a Nação a partir das bases de que as últimas constituem uma parte. Admitir a democratização das instituições militares no sentido de eles se estruturarem pela via eleitoral seria admitir que, a partir do jogo dos votos dentro das Forças Armadas (num meio reduzido relativamente à Nação e portanto aos seus interesses) se institucionalizasse o fenómeno do *caudilhismo* e, com ele, se voltasse ao tempo em que as legiões impunham os imperadores à Nação que a eles era obrigada a submeter-se. Então, à custa de algo pretensamente democrático, acabar-se-ia com a democracia.

Fique portanto afastada definitivamente a ideia errada de campanhas eleitorais no meio militar. Aliás não há um só exército no mundo onde isto, nem de perto, se verifique. Seria perigoso para a democracia uma tal solução, aliás podia levar a situações em que os chefes não teriam os conhecimentos necessários ao desempenho das suas funções, porquanto muitos factos de escolha poderiam pesar na "campanha" eleitoral.

O processo recentemente adoptado de reclassificações do pessoal pela via dos conselhos de Armas/Classes/Especialidades, não é de forma alguma o caminho para essa falsa democratização das Forças Armadas. Foi sim uma solução que alarga aos elementos nivelados por semelhantes conhecimentos técnicos para o desempenho de determinadas funções, a participação na classificação dos seus componentes. Foi uma medida de grande alcance que interessa manter e aperfeiçoar com base na instituinalização de um sistema de informações individuais bem elaborado.

(Continua na pág. 8)

Dinamização cultural

Os fascistas procuraram sempre manter o povo português na ignorância a fim de melhor o enganarem e explorarem.

Não construiram as escolas que necessitávamos, não permitiam que nos associassemos para nos esclarecermos, e reprimiam todas as actividades que conduzissem à análise dos nossos problemas e pusessem em questão a maneira como vivíamos.

Os fascistas diziam (e dizem) que a Cultura é coisa para alguns espíritos especialmente dotados. Nós, encontrávamos sérias dificuldades em aceitar isto, quando pensávamos no dinheiro que estes espíritos gastavam para aparecerem tão bem dotados.

Oa fascistas cantavam (e cantam) as virtudes do bom povo português e daquilo a que chamavam a Cultura Popular, onde viam iluminadas todas as raízes profundas da raça.

Nós, sentíamo-nos muito confusos quando víamos os livros que escrevíamos serem apreendidos, os jornais que liamos impedidos de dizer o que se passava, os grupos de teatro que faziamos proibidos de actuar e criar assim. Pensávamos, ingratos que somos, que, deste modo, as raízes dariam com certeza frutos muito raquíticos.

Olhávamos à nossa volta. Tantos que não sabiam ler. E aquele miúdo, e aquele mocinho, tão espertos, que aprenderam tão bem as letras, e que pena, talvez dessem alguma coisa, se ...

E os fascistas, tenebrosos, prosseguiram ao longo das décadas, a sua tentativa de destruição da inteligência portuguesa. Censura, perseguições, torturas, assassinatos. Em vão. Implacável, a inteligência ganhou.

25 de Abril. O futuro começou. E, apesar das tentativas fascistas para voltar a estrangular o povo, as Forças Armadas, decididamente afirmam que o Programa do M. F. A. será cumprido e que ao povo português serão aseguradas todas as condições para uma vida digna, num País democrático.

25 de Outubro. A 5.ª Divisão do E. M. G. F. A. apresenta o Programa de Dinamização Cultural e Esclarecimento Político, em termos inequívocos.

Não podemos perder mais tempo na desmontagem das estruturas fascistas. As F. A. rejeitam completamente a política cultural fascista e procurarão contribuir com todos os meios possíveis para que se ultrapasse a presente situação.

Procuraremos revitalizar tudo o que o fascismo perseguiu e degradou, procuraremos ir a todos os lugares, levar as nossas vozes e as ferramentas que permitam interessar todos os portugueses na construção do País.

O Programa de Dinamização Cultural tem duas finalidades:

(Continua na pág. 2)

Dinamização cultural

(Continuação da pág. 1)

1 — Coordenar e apoiar, imediatamente, todas as associações culturais do País, de modo a ser possível estabelecer uma rede cultural em todo o território, rede essa que será a base de uma futura vida cultural do povo português.

2 — Actuar politicamente, com uma presença efectiva de militares junto da população, a qual permitirá o esclarecimento das razões que levaram o País à situação lamentável em que o encontrámos, que permitirá o esclarecimento do Programa do M. F. A. e possibilitará a discussão das vias do futuro, criando condições para uma ampla participação do povo na vida nacional.

Não podemos mais permitir que o fascismo continue a utilizar a situação de ignorância e despolitização em que deixou o povo para impedir a necessária democratização do País.

CONFERÊNCIA
DE IMPRENSA DA COMISSÃO
DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

No dia 25 de Outubro de 1974 no Palácio Foz, realizou-se uma Conferência de Imprensa — presentes o Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, Sr. Director-Geral da Cultura Popular e Espectáculos e oficiais da 5.ª Divisão (E. M. G. F. A.).

Transcrevemos o Programa de Dinamização Cultural:

Esta Comissão foi constituída com a finalidade de preencher o vácuo cultural e de informação política existente em todo o País, com maior incidência em certas zonas.

Considera-se que esta situação de subdesenvolvimento cultural impede a necessária evolução do País nos caminhos da Democracia, do aumento de produtividade e da justiça social.

Pretende-se uma acção decidida e eficiente, cobrindo todo o País, baseada na colaboração por todos os meios possíveis entre as F. A., as associações culturais e os vários organismos do Estado interessados no processo.

...

Existirá um número de regiões de acção igual ao número de Regiões Militares.

Constituir-se-ão, em cada Região, Comissões Dinamizadoras Regionais, que integrarão 3 elementos das F. A. e representantes das diversas associações culturais e organismos de Estado.

Estas Comissões irão actuar nas áreas geográficas correspondentes às Regiões Militares do Continente, Açores e Madeira.

Serão constituídas comissões a nível distrital e em cada distrito serão constituídas subcomissões a fim de ser possível uma descentralização cultural e interessar no processo M. F. A. o número mais elevado que for possível de cidadãos.

Nestas Comissões deverão igualmente ter assento 2 militares das unidades locais.

A coordenação destas comissões segue a via Subcomissão — C. Distrital — C. Regional — C. Dinamizadora Central.

As sessões de animação cultural e esclarecimento a efectuar deverão ser assistidas sempre que possível por militares das unidades mais próximas das localidades onde se efectuem.

Como modo de actuação utilizar-se-à um filme, teatro, ou qualquer outro meio de animação cultural que motive a população, meios cujo levantamento, utilização e coordenação, serão efectuadas pelas Comissões respectivas.

O esclarecimento do processo revolucionário no que se refere às F. A. e do Programa do M. F. A. deverá ser efectuado por um elemento militar.

Os problemas de animação cultural e os diálogos sobre a problemática nacional serão objecto de amplo debate em que todos deverão participar, respeitando os princípios expressos neste documento.

As F. A. compete ainda apoiar logisticamente as equipas constituídas de modo a garantir o acesso a todos os locais e uma presença efectiva das F. A.

Pelo seu interesse transcrevemos as seguintes afirmações feitas na referida Conferência de Imprensa:

Vale a pena insistir na afirmação de que *só há uma cultura:* a que for expressão autêntica dum povo, dos seus costumes, do seu trabalho, do seu sofrimento, das suas carências, dos seus anseios, das suas qualidades, das suas alegrias.

A campanha de dinamização cultural que agora se promove visa apoiar as iniciativas de grupos e associações recreativas e outras, de cada região. Não podemos adiar mais aquilo por que há tantos anos ansiamos: comunicarmos livremente uns com os outros.

Não nos podemos esquecer que *a batalha da paz do 25 de Abril ainda não está ganha.* Não basta a vigilância! A História julgar-nos-á a todos um dia não pelas nossas palavras mas sim por aquilo que soubermos realizar. Agora, já, em cada instante, aqui, em Trás-os-Montes, no Alentejo, no Algarve, ou em qualquer recanto do mundo onde estejamos presentes.

Uma vez mais *em perfeita unidade com as Forças Armadas, teremos de vencer a batalha da cultura* que não é só o que os livros nos ensina. As escolas saem para as ruas e a rua vai às escolas, através das bandas de música, do folclore, das orquestras, das canções, das danças, da poesia, do teatro, do circo, do cinema, do artesanato, das artes plásticas.

A campanha de dinamização cultural que está em marcha não mais poderá parar.

Animem-se as escolas, as ruas, as várias salas e edifícios espalhados pelo País. O Governo dará o apoio, os meios que lhe forem possíveis e coordenação geral. Mas cada região escolherá e promoverá livremente as iniciativas que entender, estando já constituídas comissões coordenadoras regionais e distritais. Assim se constituirão certamente e naturalmente, centros culturais na Província.

...

Trabalharemos, solucionaremos os nossos problemas. A reacção não passará!

Como foi informado, as linhas mestras do Programa inscrevem-se no âmbito da luta anti-fascista, numa campanha de esclarecimento do Programa do M.F. A. junto das populações; esta campanha visa ainda a discussão e análise da problemática nacional esclarecendo à população os grandes problemas do País.

PROGRAMA RADIO M. F. A.

O M. F. A., através dos diversos meios de comunicação, empenha-se na divulgação e esclarecimento do seu Programa, medida essencial para a sua exacta interpretação e cumprimento. Como primeira via surgiu o "Boletim Informativo", agora já no seu 4.º número. Neste momento também transmitimos na Emissora Nacional, 3.as, 5.as e 6.as feiras das 18,15 às 19,00 horas, e no Rádio Clube Português, 4.as e 6.as feiras das 22,00 às 22,20 horas. Para breve também a presença do Programa do M. F. A. através da TV.

NOTÍCIAS DO M. F. A.

M. F. A. EM S. TOMÉ

PLENÁRIO DE OFICIAIS

Os oficiais dos três ramos das Forças Armadas, em serviço em S. Tomé e Príncipe, reunidos para analizar a situação económica, social e política em que se encontra este Território, e considerando:

A

1 — Que a economia se vem deteriorando de dia para dia, com graves reflexos nas actuais possibilidades de subsistência da População, e que esta deterioração, a manter-se, porá em grave risco as possibilidades económicas futuras.

2 — Que a actual situação social, sendo por um lado a herança de um passado de relações coloniais, é por outro lado o resultado da actividade daqueles que estão interessados em erguer a bandeira do racismo como a melhor forma de atingir objectivos neocoloniais.

3 — Que a situação política, além de estar relacionada com a económica e a social, é afectada em virtude de não ter sido tomada, ainda, por parte do Governo Central, uma posição clara em relação ao futuro desta Terra.

B

Considerando ainda, de acordo com o programa do MFA e com os processos de descolonização definidos pelo Governo Central:

1 — Que a solução dos problemas coloniais é eminentemente política e não militar.

2 — Que está o Governo Central na firme disposição de respeitar a vontade dos povos que estão sob o domínio colonial.

3 — Que não está o Governo Central disposto, nem encara a possibilidade de chegar a situações de tipo neocolonialista, conforme declaração recente do Chefe do Governo.

C

E considerando finalmente, de acordo com o conhecimento objectivo da situação em S. Tomé e Príncipe:

1 — Que é desejo da maioria da População o acesso à Independência.

2 — Que a situação caótica para que se caminha actualmente só poderá ser travada através de um diálogo, franco e aberto, com os representantes do Povo.

3 — Que a População reconhece no MLSTP o seu legítimo representante.

4 — Que o programa do MLSTP corresponde aos interesses do Povo e está de acordo com os ideais democráticos e progressistas do porgrama do MFA, destacando-se dele a sua posição contra todas as formas de racismo, a sua rejeição de qualquer solução neocolonial, a proposta de criação de uma sociedade fraternal com lugar para todas as etnias, e com uma organização democrática que permite a livre expressão da vontade popular.

5 — Que, já não representando as FA uma força repressiva mas uma instituição vivamente empenhada na construção de um País que corresponda aos interesses do Povo, não podem as FA em serviço em S. Tomé e Príncipe, alienar a responsabilidade que lhes cabe em todo este processo, sob pena de estarem a trair os ideais definidos no programa do MFA.

Tendo em conta todos estes considerandos, os Oficiais dos Três Ramos das FA presentemente em serviço em S. Tomé e Príncipe, reunidos em 12 de Outubro de 1974 deliberaram por unanimidade definir as seguintes posições:

1 — Reconhecer e aceitar o MLSTP como único e legítimo representante do Povo de S. Tomé e Príncipe, e ao mesmo tempo enviar todos os esforços para que a mesma posição seja tomada pelo Governo Central.

2 — Garantir todo o apoio ao ideário definido no programa do MLSTP e tomar desde já o compromisso formal de facilitar aos seus elementos total liberdade de acção na propaganda do mesmo programa, bem como as necessárias condições de segurança para os seus elementos.

3 — Denunciar por todos os meios ao seu alcance, através de uma sistemática campanha de esclarecimento, todas as manobras que venham a comprometer a futura independência deste Território.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS DAS FORÇAS ARMADAS

Os órgãos de Informação têm noticiado reuniões do Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas.

Esclarece-se que este Conselho tem em vista coordenar as acções dos elementos do M. F. A. que fazem parte dos vários órgãos do poder político com a Comissão de Coordenação do M. F. A., sob a égide do Presidente da República.

Por outro lado, encontra-se em estudo a constituição e organização de um órgão consultivo que integre elementos representativos dos três ramos das Forças Armadas, com a finalidade de estabelecer a ligação efectiva do Conselho Superior do M. F. A. com as próprias Forças Armadas, este órgão será designado por assembleia de delegados das Forças Armadas.

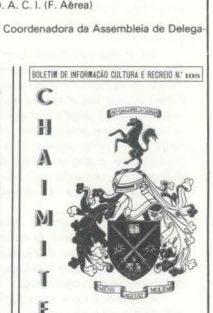
BOLETINS E JORNAIS DE UNIDADES RECEBIDOS

— "O ELO" — Jornal do D. G. A. — n.º 32 — 20 SET 74

— "CHAIMITE" — Boletim n.º 106, da Escola Prática de Cavalaria

— "Aqui Monsanto" — Jornal do G. D. A. C. I. (F. Aérea)

— "Boletim Informativo" da Comissão Coordenadora da Assembleia de Delegados dos Oficiais da Armada



Agradeciamos que fossem enviados à 5.ª Divisão (E. M. G. F. A.) pelo menos três exemplares dos boletins e jornais publicados nas unidades.

M. F. A. PRESENTE

No passado dia 20 de Outubro uma delegação de oficiais do M. F. A. assistiu, a convite, ao VII Congresso Extraordinário do PCP.

Também nos passados dias 1, 2 e 3 de Novembro uma delegação de oficiais do M. F. A. assistiu, a convite, às Jornadas Democráticas promovidas pelo MDP/CDE.

BALLET SOVIETICO KRASNOIARSK

No passado dia 7 realizou-se no Coliseu um espectáculo exclusivamente para as Forças Armadas promovido pela organização do BALLET SOVIETICO KRASNOIARSK.

ECONOMIA — POLÍTICA — ECONOMIA — POLÍTICA — ECONOMIA — POLÍTICA — ECONOMIA

O M.F.A. — Do Político ao Económico

A PALAVRA DECISIVA

1. Passados que são seis meses sobre o 25 de Abril importa fazer uma reflexão, ainda que breve, sobre a situação político-económica do nosso País.

Se o Movimento de 25 de Abril não assumiu, no imediato, o carácter de uma profunda revolução social, ele também não foi um simples golpe de Estado cujo principal objectivo foi modificar a "classe política" no Poder. Embora as tentativas, por diversas formas e de diferentes origens, para reduzir o 25 de Abril a uma mera modificação formal na estrutura política do nosso País tenham sido frequentes até ao 28 de Setembro, o certo é que o M. F. A. sempre soube vencer as crises sucessivas ao mesmo tempo que se ia fortalecendo.

Encontramo-nos hoje perante uma situação de relativa acalmia político-militar, embora sempre vigilantes como nos impõe a responsabilidade assumida perante o Povo Português.

Hoje o M. F. A. encontra-se fortalecido militarmente, tem os seus representantes no Governo Provisório e encontra-se na Presidência da República um homem de sua completa confiança. No Governo Provisório, além dos representantes do M. F. A., estão representados partidos políticos que, embora com alguma heterogeneidade, estão empenhados no processo de democratização e de descolonização em curso.

Poder-se-á dizer que, neste momento, o Poder Político é detido por forças progressistas da Sociedade Portuguesa. Contudo, é importante não esquecer que numa Sociedade com as características da nossa, em que predominam as estruturas capitalistas, o elemento económico é o determinante, e este encontra-se, tal como em 24 de Abril, em poder dos grandes grupos capitalistas (capital financeiro) e dos grandes proprietários rurais, que algumas perturbações têm causado ao processo de democratização em curso.

Conclui-se assim que, se o poder político é controlado, neste momento, por forças políticas progressistas, nas quais assume papel relevante o M. F. A. — e daí, em grande medida, advém a originalidade do processo de transformação no nosso País — o poder económico continua nas mãos daqueles que foram os grandes beneficiários do regime deposto em 25 de Abril. Não admira portanto as sabotagens económicas que têm sido tentadas e parcialmente concretizadas nalguns casos.

Torna-se imperioso e urgente tomar medidas que levem a uma adaptação da instância económica ao elemento político. E mais uma vez é o M. F. A. que terá uma palavra a dizer neste campo. Talvez mesmo a palavra decisiva, apoiado como está no Povo Português, na medida em que as soluções que preconize traduzam as aspirações daqueles que mais sofreram economicamente durante o regime fascista.

DESFAZENDO EQUIVOCOS

2. Chegados que somos a este ponto importa fazer referência a um aspecto que tem sido muito propagandeado, especialmente pelas forças de direita. Trata-se da exploração abusiva da impossibilidade de fazer "reformas de fundo". Neste campo há que desfazer equívocos, voluntariamente criados com o objectivo de levar a economia do País a uma situação paralisante, que só vai comprometer e pôr em causa as vitórias políticas e sociais obtidas desde o 25 de Abril.

De facto, atendendo a que os aspectos económicos condicionam em grande parte o evoluir da situação política no nosso País, há que reconhecer que a *consolidação da democracia em Portugal passa necessariamente por medidas que apontem desde já para uma democratização económica*. Por outras palavras, o avanço do processo de democratização política em curso no nosso País exige que da parte do Governo Provisório se aponte claramente para medidas de carácter anti-monopolista (vidé Programa do M. F. A.).

Só desta forma se pode, por um lado, prosseguir na consolidação democrática em que estamos profundamente empenhados, e por outro, dar cabal cumprimento ao estipulado no Programa do M. F. A., quando refere que o Governo Provisório lançará "uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas de população até agora mais desfavorecidas ... o que implicará uma estratégia antimonopolista", e "uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras ...".

Mas para que não restem dúvidas das profundas preocupações de justiça social que informam o M. F. A., paralelamente a preocupações de carácter estritamente político, como por exemplo, restabelecer as liberdades fundamentais, extinguir os mecanismos repressivos de que o fascismo se servia para manter o nosso Povo na miséria económica, política e cultural, atente-se ao n.º 2 do Programa do Governo Provisório — Liberdades Cívicas — (Dec.-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio) que na sua alínea *b* diz o seguinte:

"Promulgação de medidas preparatórias de carácter económico, social e cultural que garantam o exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos."

Esta disposição, integrada como está num ponto que, a priori, pouco teria a ver com os aspectos económicos que nos vêm a preocupar, revela-se contudo de grande alcance político e social. De facto, aquele ponto do Programa do Governo Provisório traduz, na prática, o reconhecimento de que a *efectiva liberdade política dos cidadãos passa pela promulgação de medidas de carácter económico e social.*

Nem de outra forma poderia ser, e especialmente nas Sociedades contemporâneas, já que ninguém se pode alimentar e viver com um mínimo de preocupações sociais, quer quanto ao seu presente, quer quanto ao futuro, tendo somente à sua disposição a "liberdade" de assistir a comícios políticos, ler uma imprensa livre do "contrôle" oficial, etc. Isto é, *a liberdade ou passa pela liberdade económica ou não será senão uma falsa liberdade.*

QUE POLITICA ECONOMICA TEMOS?

3. É assim nítida e urgente a necessidade que há em tomar medidas de carácter económico que actuem, quer ao nível da conjuntura, procurando minorar as dificuldades no curto prazo, quer ao nível estrutural, lançando as bases para um efectivo "contrôle" da actividade económica básica pelo Estado e criando condições que permitam ao nosso Povo ter, a médio e longo prazo, nítidas melhorias de condições de vida.

É já não são só economistas portugueses a chamar a atenção para esta necessidade urgente. Ainda recentemente os Professores Celso Furtado e Richard Echauss dois reputados economistas, internacionalmente respeitados, defenderam entre nós a mesma opinião, sustentando que perante os problemas económicos com que o País se debate tem que se avançar sem hesitações e com urgência em medidas económicas de excepção, a fim de consolidar efectivamente o processo democrático em curso.

Como disse o General Carlos Fabião há que tomar medidas de excepção num período excepcional.

— E perante esta situação qual tem sido a actuação do Ministério da Economia?

— O que se tem feito no combate à inflação, através de medidas de carácter global?

Criou-se a Direcção-Geral de Preços que, como organismo novo que é e ao qual por uma certa morosidade inexplicável ainda não foram dados os meios necessários a um funcionamento minimamente razoável, não poderá, evidentemente pôr cobro à subida do nível dos preços. Com algum esforço poderá conseguir algum "contrôle" em especial conjugando a sua actuação com a da Direcção-Geral de Fiscalização Económica, agora a passar por uma fase de nítida renovação. Mas o carácter da nossa inflação não se situa sobretudo ao nível do "contrôle" ou não "contrôle" dos preços, embora seja importante, mas sim ao nível das estruturas produtivas, quer agrícolas, quer industriais, quer mesmo nos serviços. É atacando ao nível das estruturas, através das tais medidas de carácter estrutural que se poderão obter aumentos de produtividade e reduções de custos.

— Que providências já foram tomadas visando "a intervenção do Estado nos sectores básicos da vida económica, designadamente junto de actividades de interesse nacional ..."? (Vidé Programa do Governo Provisório n.º 4 e).

— Que se tem feito ao nível da agricultura? Como se tem caminhado com a reforma gradual da estrutura agrária? (Vidé Programa do Governo Provisório n.º 4 *gl*.

— Que se tem feito no apoio e fomento de sociedades cooperativas? E na revisão dos circuitos de comercialização de forma a libertá-los de intermediários supérfluos?

Muitos outros aspectos poderiam aqui ser referidos. Supomos que são suficientemente elucidativos para se concluir que algo não está bem ao nível do Ministério da Economia. Não se fala já da ausência de uma política económica geral coerente, nem na lentidão com que as decisões são tomadas. Dir-se-á que predomina a forma sobre o conteúdo, a hesitação sobre a determinação.

Há que rever urgentemente esta situação.

ESTAREMOS NO CAMINHO CERTO?

4. Na sessão do dia 18 de Outubro último decidiu o Conselho de Ministros criar um grupo de trabalho com a incumbência de lhe apresentar um plano de acção económico-social.

A criação deste grupo, se por um lado pode significar a tomada de consciência do Governo Provisório da necessidade de elaborar um plano de emergência, que venha fazer face não só aos problemas de curto prazo mas também integre medidas mais de fundo que respondam a necessidades de médio e longo prazo, por outro lado, não pode deixar de causar certa inquietação o facto de, passados mais de quinze dias, nada se saber ainda sobre a sua constituição (o que é muito importante) e quais os objectivos do seu trabalho.

Julgamos que esse Plano deve assumir carácter de excepção, prever medidas de curto prazo (conjuntura) e lançar as bases para reformas indispensáveis ao nível estrutural. Deve procurar fazer a face à inflação, ao desemprego, ao déficit das balanças comercial e de pagamentos, à custa de produção nalguns sectores, etc., mas deve fazê-lo partindo do princípio de que à colectividade, através do Estado, deverá caber progressivamente um maior papel na actividade económica, quer pelo "contrôle" directo dos Departamentos, quer pela participação colectiva dos trabalhadores, verdadeiros criadores da riqueza nacional. Este aspecto assume especial relevo no sector agrícola onde continuam a existir formas de exploração ultrapassadas nas zonas de latifúndios e explorações com baixas rentabilidades onde a propriedade está muito dividida.

Supomos que as características, quer de elaboração, quer de execução e "contrôle" deste Plano, exigem que ele se processe fora dos mecanismos burocráticos-tradicionais dos Ministérios, e em especial do Ministério da Economia, devendo passar sobretudo pelo Primeiro Ministro ou um Ministro sem pasta, servindo-se da estrutura do Secretariado Técnico, hoje integrado na Secretaria de Estado do Planeamento Económico.

Será este Plano o elemento de arranque para uma política económica mais empenhada na defesa das camadas da população mais desfavorecidas? Constituirá elemento importante na consolidação do processo democrático no nosso País?

Em suma, traduzirá este Plano as preocupações de justiça social que desde sempre informaram o M. F. A. e o levaram de encontro às aspirações profundas do Povo Português?

O Povo aguarda. O M. F. A. confia e está atento.

Agricultura Portuguesa

As questões relacionadas com a agricultura constituem neste País em reconstrução, sem sombra de dúvida, um dos maiores problemas que o Povo e os actuais governantes têm de enfrentar. E se noutros campos da actividade económica as alterações têm de ser profundas e a resolução dos problemas tem de ser atacada corajosamente, a gestão agrária exige para além de coragem o estudo profundo (que está por fazer) da realidade, em ordem a um diagnóstico rigoroso que permita desencadear o processo de uma verdadeira reforma agrária — todo um conjunto de elementos que até ao momento ainda não apareceram à luz.

Afirma expressamente o Programa do M.F. A. que "o Governo Provisório lançará os fundamentos de uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas" e mais adiante o Programa ainda reforça "uma nova política social que em todos os domínios terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras (. . .)".

Nota-se portanto, que aparece por duas vezes e aos dois nivéis globais a que o problema se pode pôr, o económico e o social, numa preocupação constante do Programa do M. F. A. de salvaguardar os legítimos interesses e necessidades, agora oficialmente legitimados, das classes mais exploradas durante a longa vigência do regime deposto: as classes trabalhadoras braçais — os operários e os camponeses.

Nesta mesma linha de actuação o Governo Provisório inscreve no ponto 4 — Política Económica e Financeira (1), que ao Governo Provisório compete a "dinamização da agricultura e reforma gradual da estrutura agrária".

Chegou efectivamente o momento de olhar para a agricultura em Portugal com vontade de começar a resolver alguns dos seus problemas.

Alguém durante o último simulacro eleitoral de Outubro de 1973, declarou que a opção do povo português estava tomada. O povo emigrava, esse era o seu voto, virava as costas ao País, às suas famílias e ia para o estrangeiro à procura de condições decentes de vida. Se este fenómeno facilmente visível e amplamente demonstrado se passava a todos os níveis da actividade económica ele aparece em toda a sua grandeza no sector da agricultura.

Aliás, curiosa agricultura a nossa: sector tradicionalmente conservador em pouco tempo se viu abandonado pelos seculares da terra — que finalmente resolveram actualizar-se e fazendo uso da riqueza acumulada pela exploração das massas camponesas foi progressivamente tomando a sua posição numa sociedade que apesar de tudo tendia para uma certa modernização; os antigos senhores transformaram-se em banqueiros e industriais porque a exploração da terra nos moldes em que a exerciam já não permitia os rendimentos crescentes de que necessitavam. A terra fica portanto sem os seus "donos" apesar de continuar por eles controlada à distância.

Ao contrário do que aconteceu noutros países com um sistema económico semelhante ao nosso, nada se fez que preenchesse o vácuo assim criado ao nível da iniciativa da produção. As populações rurais com salários miseráveis, sem emprego, sem possibilidade de apresentar os seus protestos e sem qualquer probabilidade de serem ouvidos, abandona por sua vez as terras e estas vão ficando incultas.

E se em alguns casos, o grande capital tentava um aproveitamento produtivo das terras que tinha abandonado, não as utilizando apenas como coutadas onde ministros e outros altos dignitários inauguravam luxuosos pavilhões de caça, era ainda e sempre em prejuízo daqueles que viviam na terra e dela faziam o seu ganha-pão. E que por um lado procuravam a maioria das vezes que fosse o Estado a financiar-lhe grande parte dos seus empreendimentos ficando com a maior parcela dos "subsídios distribuídos à lavoura" por outro a sua capacidade em capital e tecnologia permetia-lhe criar pequenas ilhas de agricultura moderna com custos de produção materialmente mais baixos colocando os pequenos agricultores numa situação de desfavor acentuada. Estes não possuiam aptidões económicas nem culturais para combinarem correctamente os diferentes factores produtivos, pelo que estavam, desde que o processo se iniciou, condenados ao desaparecimento ou à marginalização definitiva. Mesmo quando, sob a constante ameaça de ruína, conseguiam sobreviver durante anos, a sua acção era constantemente pertubada pela deficiente rede de es-

(1) Dec.-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio de 1974.

(Continua na pág. 8)

CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DO

Satisfazendo um pedido feito no n.º 2 do nosso Boletim e de forma a contribuir para uma posterior elaboração do Livro Histórico do Movimento das Forças Armadas iniciam hoje a publicação da contribuição de alguns camaradas que se encontravam em serviço na Guiné.

I
INTRODUÇÃO

Não há dúvida que a actuação do M. F. A. na Guiné teve importância decisiva no processo de descolonização. Sobre a sua história e pormenores haverá oportunidade de escrever muito, tirando dai elações e experiências importantes, úteis para todos. Vamos hoje abordar um aspecto, de importância fundamental, mas só no campo restrito militar, que foi o alargamento do Movimento a todas as F. A. em serviço na Guiné, como se conseguiu isso e a sua importância decisiva para a "preservação da disciplina e hierarquia".

Antes do 25 de Abril o M. F. A. foi uma estrutura fechada e reduzida, por motivo de segurança contra a estrutura fascista. Posteriormente já não havia rapromovendo reuniões e actividades de informação e esclarecimento, convívio cultural, auxílio ao comando das unidades na preservação da disciplina e moral, etc., etc. . . . .

A somar ao trabalho das delegações e complementarmente houve a actuação das equipas de contacto que efectuavam visitas às unidades para esclarecimento, que tiveram resultados muito positivos. A participação de oficiais dos três ramos das mais diferentes hierarquias nestas equipas foi um modo muito valioso de integração de todos nos ideais comuns do M. F. A. Organizaram-se deslocações ao interior por via aérea e terrestre de forma que em duas semanas todas as unidades tinham sido visitadas. Antes todas as equipas eram instruídas, preparando-se as agendas das reuniões de tra-

BOLETIM INFORMATIVO N.º 1 - 1-JUNHO-74

M. F. A. NA GUINÉ

SECRETARIADO - AVENIDA ARNALDO SCHULTZ, 32 - BISSAU

Directivas para a estruturação democrática do M. F. A. e preservação da disciplina e hierarquia

1 — O Movimento das Forças Armadas na Guiné constituiu-se (depois) em Portugal e na Guiné e Cabo Verde, como um movimento, como movimento e não organizações neonatas e nos grupos de oficiais que o constituem, tem por função e estabelecer e consolidar no mais curto espaço de tempo, a ligação entre o Povo, entendendo aqui todos os sectores (Civilian, Burgueses e Povo) que constituem a Nação Portuguesa e os que constituem aquilo.

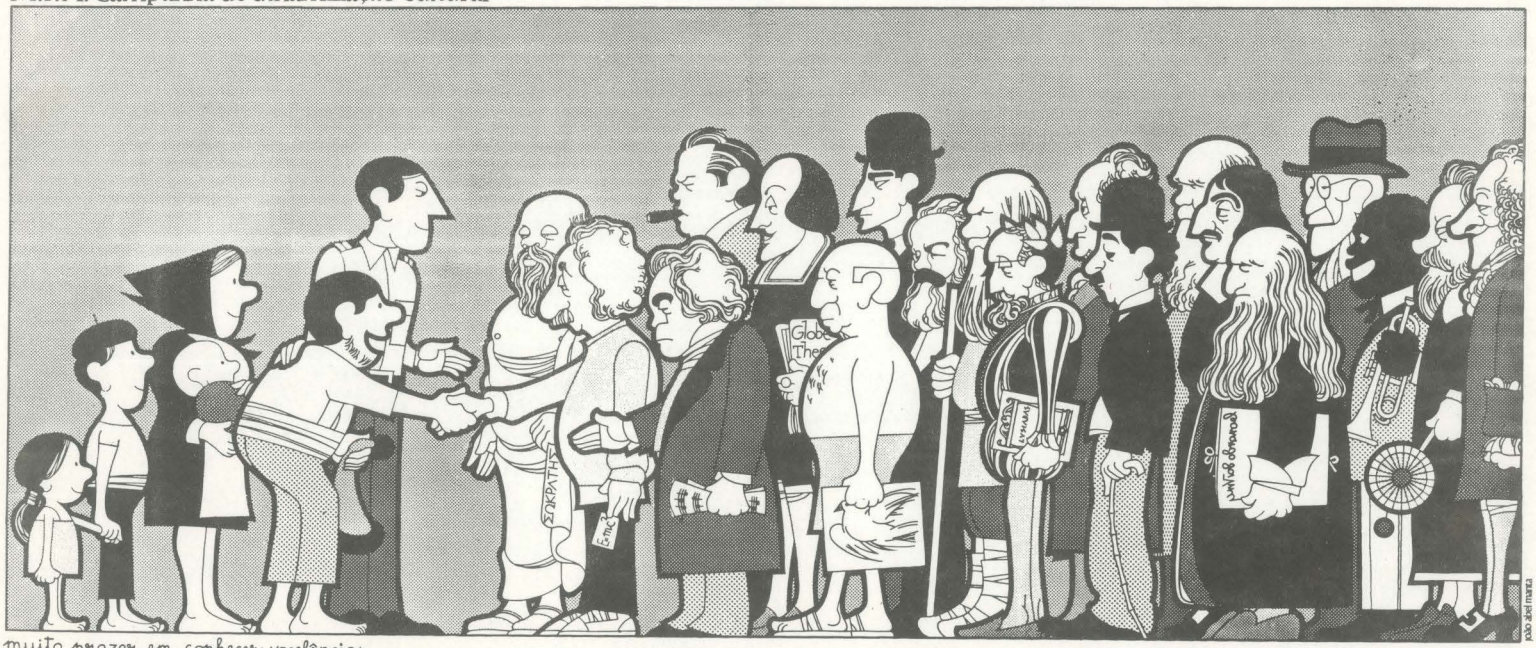
Tal modelo constitui a base de sustentação do M. F. A. e é nos seus e não dos objectivos específicos do Movimento das Forças Armadas e nos seus princípios que se inspiram e se enformam a Nova Portugal, expressa e vota aqueles contidos para o Programa do Movimento das 27 de Abril e 1 de Maio, aprovado que o Programa do Movimento das Forças Armadas, que se de último compatibiliza ainda mais com a Libertação dos Povos da Guiné.

2 — Se bem sinto o Movimento das Forças Armadas, que tem a sua responsabilidade histórica que se prende com a Nova Ordem, o grupo de antes, como mediador (Pólo) ou Arbitro, na Pátria dentro e fora dela, que se tem de individualizar perante a sua base e o seguir social dos seus elementos e que se tem de individualizar e classificado não a mediadores do sistema de Nova Portugal e em Nova Ordem Social e Política.

Tem-se, pois, a sua dignidade e personalidade, a sua dinâmica específica, que é o Movimento das Forças Armadas, que tem de ser, ainda (antes) e sempre, que o Programa do Movimento das Forças Armadas no cumprimento do seu Programa.

Na sua da Guiné, antes ou cinco o início das negociações Lourenço Marques, Dakar, Argel, Lisboa, do Presidente da República e do Governo Português, sabia e previa que a Guerra, que se vivia na Pátria Amada e agora, e de Nova Ordem Social e Política, que tem de limpeza e atentado, pleno, que se tem de ser, e que se tem de ser, e que se tem de ser, e

M.F.A. Campanha de dinamização cultural



muito prazer em conhecer vocelências

MOVIMENTO
boletim informativo DAS FORÇAS ARMADAS
Direcção: COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DO M.F.A.

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

As delegações do Movimento das Forças Armadas e os Comandos, devem discutir os seus planos e definir em conjunto, com espírito de vigilância, abertura, respeito mútuo e unidade, as formas concretas de a actividade das delegações não prejudicar aspectos de serviço.

— A realização deste programa de trabalho pela preocupação constante de reforçar os laços de amizade, convívio e franca colaboração entre todos os militares sem distinção de posto, fará do Movimento das Forças Armadas uma grande força patriótica e democrática, e das Forças Armadas no seu conjunto um válido e importante suporte das conquistas democráticas e populares.

A realização séria e consciente deste programa de trabalho será também um decisivo contributo para estabelecer nas Forças Armadas a verdadeira disciplina que resulta de um acto espontâneo e constitua um obstáculo natural contra as manobras dos reaccionários e contra a impaciência ou o desespero de alguns, para preservar a nossa unidade dentro dos objectivos expostos.

— Foi dentro do espírito do que fica exposto que o Movimento das Forças Armadas, depois de discussões abertas e fraternais com os elementos milicianos do Movimento Alargado de Praças, Oficiais e Sargentos, tomou a resolução comunicada aos Comandos das Unidades e serviços através da M. S. G. n.º 107, de 24 de Maio de 1974 e confirmada posteriormente.

— Essa resolução corresponde a um grande progresso no sentido da unidade de todos os militares. Em discussões sérias e profundas, os militares dos diversos quadros integraram-se no espírito do 25 de Abril e esclareceram as dúvidas e os males-entendidos recíprocos, venceram as manobras divisionistas fomentadas pelos reaccionários ou permitidas por uma errada compreensão da unidade a estabelecer entre os militares sem discriminação na base do programa do Movimento das Forças Armadas.

— Essa resolução significa que deixa de existir o Movimento Alargado de Oficiais, Sargentos e Praças e que todos os seus elementos se integram no Movimento das Forças Armadas, assim como todos os militares democratas que, honestamente queiram: lutar pelo cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas e do Governo Provisório, defender e aprofundar a legalidade democrática instituída em 25 de Abril.

— Essa resolução, pelo que já se disse, não significa uma forma de paralizar ou prejudicar o alargamento democrático e a participação dos militares no Movimento das Forças Armadas! Como não significa que os cúmplices activos do antigo regime possam agora entrar no Movimento para tentar fazer dele uma tribuna das suas manobras provocatórias ou conspirações para o regresso do fascismo. Contra tais manobras insidiosas, temos de estar vigilantes, e para tal se reorganizou o M. F. A.

— A constituição das delegações (um oficial do quadro, um oficial miliciano, um sargento do quadro, um sargento miliciano e duas praças eleitos pelo conjunto dos militares da unidade) apesar de ser maior o peso numérico das praças nas unidades, pareceu a mais adequada à situação presente para permitir a participação activa e a representação harmónica de todas as classes. Dentro dos objectivos e condicionalismos expostos, as eleições deverão realizar-se no mais curto espaço de tempo.

— O M. F. A. canalizará a sua informaçao através dessas delegações que, para todos os efeitos o representarão nas unidades. Quaisquer informações enviadas às delegações sê-lo-ão também, para conhecimento, ao respectivo comando.

— Linhas Gerais de Orientação:

a) Atribuições das Delegações do M. F. A.:

Receber informações;

Promover reuniões para informação dentro dos objectivos do Programa do M. F. A. e do Governo Provisório;

Preservar a hierarquia, a coesão e a disciplina;

Contactar com o Secretariado do M. F. A. quando verificar que estas directivas estão a ser desvirtuadas;

Não decidir, por não ter competência para tal, mas sim fazer as propostas que entender convenientes ao M. F. A. (Bissau);

As delegações serão responsáveis por desvios destas atribuições.

b) Atribuições dos Comandos das Unidades e Serviços:

Facilitar as reuniões para informação e formação dentro do espírito destas directivas;

Participar, se o entender, nessas reuniões;

Preservar a hierarquia na base da consciencialização apontada a promover a cooperação de todos os militares por objectivos comuns;

Os comandos serão responsáveis pelos desvios que se verificarem às directivas agora distribuídas.

— Aos Ex.mos Comandantes das unidades se pede para darem total e completa publicidade a este documento por forma a ser conhecido por todos os militares que em conjunto serão garantes da sua séria e integral aplicação.

V
AS EQUIPAS DE CONTACTO

Estas equipas eram, tanto quanto possível, constituídas por oficiais dos três ramos das F. A. do Q. P. e Q. C., que depois de instruídas actuavam de acordo com um calendário pré-estabelecido.

No regresso faziam sempre um relatório da sua visita onde as sugestões para a melhoria do trabalho muito contribuiam para a solução de problemas, quer da vida interna das unidades, quer da acção global do M. F. A.

Foi sem dúvida nestas equipas que mais colaboradores houve, permitindo e incentivando assim a participação de toda a hierarquia do Q. P. e Q. C. duma forma activa em torno do Programa do M. F. A., criando hábitos de trabalho de grupo.

VI
O TRABALHO DAS DELEGAÇÕES DO M. F. A.

Para dar uma ideia da actuação destas delegações transcrevemos as "sugestões para o trabalho a realizar pelas delegações do M. F. A.", publicadas no *Boletim n.º 2 do M. F. A. da Guiné*, de 17 de Junho:

1. Atendendo aos pedidos que nos têm chegado das diversas delegações, e no intuito de as ajudar a levar a bom termo o seu importantíssimo trabalho, aqui se procura dar uma ideia do que poderá, e deverá, ser realizado.

   Este trabalho pretende-se que seja dinâmico e personalizado, pelo que o Secretariado da Guiné apenas dará directivas gerais, deixando as iniciativas às próprias delegações.

   Das experiências e resultados obtidos por cada delegação se pede desde já que seja dado conhecimento ao Secretariado tornando possível todos aproveitarmos do trabalho de cada um.

2. Fundamentalmente consideram-se como essenciais os seguintes campos de trabalho:

   a) Consciencialização e formação política apartidária das NT;

   b) Desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e desportivas que permitam, paralelamente à consciencialização política, um aumento das capacidades espirituais e físicas e um desenvolvimento do espírito e do corpo, tão necessário neste momento às F. A.;

   c) Colaboração com os comandos na resolução dos problemas da Unidade, fundamentalmente no que diz respeito à melhoria das condições de vida dos militares; neste aspecto sugere-se a criação de grupos de trabalho para estudo profundo dos diferentes problemas procurando propor soluções justas, exequíveis e compatíveis com as realidades;

   d) Numa fase mais adiantada da alínea *c*) procurar organizar grupos de trabalho representativos das diferentes classes militares que estudem e proponham soluções para os problemas específicos de cada uma a nível nacional e grupos que estudem os problemas que afectam as F. A., por forma a tornar possível um contributo válido das F. A. da Guiné para a reestruturação das F. A. Nacionais.

A organização de campeonatos desportivos, em diversas modalidades, poderá contribuir fortemente para a capacidade de organização, verdadeiro espírito desportista, coesão, disciplina e espírito de corpo. A realização de saraus recreativos com a apresentação de revistas, farsas, pantominas, etc., também poderá ajudar a atingir os objectivos que interessam e contribuiá para o desenvolvimento da capaci-

BOLETIM INFORMATIVO N.º 2 - 17 - JUNHO - 74

M. F. A. NA GUINÉ

SECRETARIADO - AVENIDA ARNALDO SCHULTZ, 32 - BISSAU

Sugestões para o trabalho a realizar pelas delegações do M. F. A.

1. — Atendendo aos pedidos que nos têm chegado das diversas delegações, e no intuito de as ajudar a levar a bom termo o seu importantíssimo trabalho, aqui se procura dar uma ideia do que poderá, e deverá, ser realizado.

Este trabalho pretende-se que seja dinâmico e personalizado, pelo que o Secretariado da Guiné apenas dará directivas gerais, deixando as iniciativas às próprias delegações.

Das experiências e resultados obtidos por cada delegação se pede desde já que seja dado conhecimento ao Secretariado tornando possível todos aproveitarmos do trabalho de cada um.

2. — Fundamentalmente, consideram-se como essenciais os seguintes campos de trabalho:

a) Consciencialização e formação política apartidária das NT;

b) Desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e desportivas que permitam, paralelamente à consciencialização política, um aumento das capacidades espirituais e físicas e um desenvolvimento do espírito e do corpo, tão necessário neste momento às F. A.;

c) Colaboração com os comandos na resolução dos problemas da Unidade, fundamentalmente no que diz respeito à melhoria das condições de vida dos militares; neste aspecto sugere-se a criação de grupos de trabalho para estudo profundo dos diferentes problemas procurando propor soluções justas, exequíveis e compatíveis com as realidades;

d) Numa fase mais adiantada da alínea c) procurar organizar grupos de trabalho representativos das diferentes classes militares que estudem e proponham soluções para os problemas específicos de cada uma a nível nacional e grupos que estudem os problemas que afectam as F. A., por forma a tornar possível um contributo válido das F. A. da Guiné para a reestruturação das F. A. Nacionais.

3. — Consciencialização e formação política apartidária das NT.

Neste aspecto está o Secretariado do M. F. A. na Guiné a executar um trabalho de procura de objectivos essenciais e de temas a desenvolver pelas delegações para se atingirem esses objectivos.

O desenvolvimento dos temas apresentados nos planos pertence às delegações lembrando-se, no entanto, estas do cuidado a pôr na isenção partidária. Como elementos de consulta, por vezes difíceis de conseguir nas Unidades do interior, tem o Secretariado do M. F. A. na Guiné desenvolvido contactos com a direcção do jornal *Voz da Guiné* para que esta, através dos suplementos semanais, colabore nesta campanha de consciencialização. Neste capítulo os suplementos já saídos — "O que é o fascismo" e "O que é o colonialismo" — podem ser uma primeira ajuda; brevemente sairão suplementos que procurarão dar uma ideia da ideologia de cada um dos partidos principais existentes.

4. Desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e desportivas.

   Aqui também muito se pode fazer. Através da edição de jornais da unidade, jornais de parede, conferências e exposições em que se toquem aspectos culturais — literatura, música, economia, etc., etc. — é possível fazer interessar e desenvolver as capacidades intelectuais das NT.

   Como o *Boletim Informativo n.º 2* é distribuído o primeiro plano de Informação; outros se seguirão.

   O desenvolvimento dos temas apresentados nos planos pertence às delegações lembrando-se, no entanto, estas do cuidado a pôr na isenção partidária. Como elementos de consulta, por vezes difíceis de conseguir nas Unidades do interior, tem o Secretariado do M. F. A. na Guiné desenvolvido contactos com a direcção do jornal *Voz da Guiné* para que esta, através dos suplementos semanais, colabore nesta campanha de consciencialização. Neste capítulo os suplementos já saídos — "O que é o fascismo" e "O que é o colonialismo" — podem ser uma primeira ajuda; brevemente sairão suplementos que procurarão dar uma ideia da

   ...ideologia de cada um dos partidos principais existentes.

4. Desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e desportivas.

   Aqui também muito se pode fazer. Através da edição de jornais da unidade, jornais de parede, conferências e exposições em que se toquem aspectos culturais — literatura, música, economia, etc., etc. — é possível fazer interessar e desenvolver as capacidades intelectuais das NT.

   ...espírito de corpo. A realização de saraus recreativos com a apresentação de revistas, farsas, pantominas, etc., também poderá ...

   ...interessam e contribuiá para o desenvolvimento da capacidade de organização e espírito criador de cada um.

   5. — Colaboração com o comando na resolução dos problemas da Unidade.

   Se todos estiverem animados de espírito de colaboração e quiserem trabalhar validamente neste capítulo será possível conseguirem-se verdadeiras maravilhas. Lembramos alguns dos pontos que nos parecem de interesse:

   — Confecção e possibilidades de melhoria do rancho;
   — Funcionamento e possibilidades das cantinas e salas do soldado;
   — Melhoria de instalações;
   — Contribuir a todos os níveis na manutenção da disciplina e colaboração com o comando na averiguação das ocorrências;
   — Relações com a população civil.

   6. Colaboração na reestruturação das F. A.

   Estudar quais os problemas que afectam com mais acuidade as diferentes classes e apresentar hipóteses de soluções que pareçam poder resolvê-los, será certamente uma ajuda valiosa que o M. F. A. na Guiné poderá enviar para os organismos que, em Lisboa, se dedicam a esses trabalhos.

   Também a revisão, que está a processar-se em Lisboa, dos diplomas que regem a vida das F. A. pode lucrar com as sugestões que da Guiné lhe sejam enviadas.

   7. E aqui ficam as sugestões prometidas. Como vêm "há pano para mangas"... Se todos trabalharmos com afinco e vontade não tenhamos dúvidas que grandes coisas será possível fazerem-se, e com elas a Nação e todos nós lucraremos.

3. Consciencialização e formação política apartidária das NT.

   Neste aspecto está o Secretariado do M. F. A. na Guiné a executar um trabalho de procura de objectivos essenciais e de temas a desenvolver pelas delegações para se atingirem esses objectivos.

   Com o *Boletim Informativo n.º 2* é distribuído o primeiro plano de Informação; outros se seguirão.

   O desenvolvimento dos temas apresentados nos planos pertence às delegações lembrando-se, no entanto, estas do cuidado a pôr na isenção partidária. Como elementos de consulta, por vezes difíceis de conseguir nas Unidades do interior, tem o Secretariado do M. F. A. na Guiné desenvolvido contactos com a direcção do jornal *Voz da Guiné* para que esta, através dos suplementos semanais, colabore nesta campanha de consciencialização. Neste capítulo os suplementos já saídos — "O que é o fascismo" e "O que é o colonialismo" — podem ser uma primeira ajuda; brevemente sairão suplementos que procurarão dar uma ideia da ideologia de cada um dos partidos principais existentes.

4. Desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e desportivas.

   Aqui também muito se pode fazer. Através da edição de jornais da unidade, jornais de parede, conferências e exposições em que se toquem aspectos culturais — literatura, música, economia, etc., etc. — é possível fazer interessar e desenvolver as capacidades intelectuais das NT.

   Como

PÁGINA CULTURAL

Esta página está aberta à divulgação de temas reconhecidos pela redacção de interesse cultural

PERU – Uma Revolução original

ANTECEDENTES

O Continente Sul-Americano, é fértil em golpes de Estado e intervenções militares indiscriminadas, sempre que a direita clássica, desacreditada ou dividida, se arrisca a não estar à altura das circunstâncias e que a esquerda poderia tirar disso vantagens. Estão na memória de todos, as intervenções militares da Bolívia, do Brasil, da Argentina e do Chile.

O Peru, também tem as suas tradições; em 1948 o General Odria derrubou o governo do reformista Bustamente e instalou uma ditadura militar durante dois anso, seguida de um "governo constitucional" de mais seis anos, também chefiado por si. Em 1962, o governo é novamente derrubado por militares, invocando "o restabelecimento da ordem". Um ano depois, efectuam-se eleições e é um candidato, com um programa de "reformas radicais sem revolução", que sai vencedor. Esse candidato: Belaunde Terry, após mais seis anos de governo constitucional, é derrubado novamente por intervenção dos militares, a poucos meses das eleições legislativas e das presidenciais.

Em 1968, é no Peru que de vários lados se prevê, se sonha, ou se menospreza uma intervenção de militares. Com efeito, a falência do governo de coligação entre a Democracia Cristã e a Acção Popular, e do regime presidido pelo reformador Belaunde Terry, tornou-se clara e as mesmas razões que tinham levado os militares a apoiar a sua ascendência à presidência, convergiam agora para que eles o depusessem.

Como em 1963, havia necessidade de travar o caminho ao seu inimigo declarado, o partido reaccionário A. P. R. A., por um lado, e reprimir por outro lado o movimento democrático, as forças proletárias e camponesas, os focos de guerrilha.

Ora no fim do mandato que terminava em 1969, a amplitude da crise e, consequentemente, a aspiração a uma mudança são tais que o vencedor de à seis anos é o vencido antecipado de uma consulta que se apresenta cheia de bons auspícios tanto para o A. P. R. A. como para o movimento democrático.

É evidente que Belaunde Terry não terá mais ilusões. Presidente da "Alianza", constituída pelos dois partidos de coligação, tinha prometido a construção de um país novo, a reconquista do Peru pelos peruanos: no essencial, a reforma agrária, a moralização da administração, o melhoramento do nível de vida e, claro o respeito das liberdades fundamentais.

Estávamos no tempo da "doutrina Kennedy" e da "2.ª declaração de Havana", de proclamar tanto a recusa do imperialismo como a da revolução. Manobra ou utopia? De facto, e isto tornou-se particularmente evidente a partir de 1967, o capital estrangeiro reforçou as suas posições e domina abertamente, as riquezas materiais não foram recuperadas, muitos dos grandes empreendimentos ficam em projecto, a reforma agora tímida e ilusória, que fora decidida, é apenas iniciada, a dívida pública aumenta vertiginosamente. O custo de vida não pára de subir, a agitação social e universitária é intensa, a repressão nunca cessou e as garantias constitucionais são mesmo suspensas por dois meses a seguir a Agosto de 1968.

A degradação constante da situação provocou diversas crises ministeriais e reviravoltas nos partidos da "Alianza". A ala esquerda da "Acção Popular" separa-se em Setembro de 1968, enquanto que por seu lado a maioria da Democracia Cristã se torna cada vez mais crítica em relação a Belaunde, com excepção da sua ala direita que formou o Partido Popular Cristão para o apoiar sem reservas.

A audiência dos partidos da oposição cresce. O Partido Comunista ainda fraco está em pleno desenvolvimento. Uma nova central sindical de classe, a C. G. T. P., é constituída e demonstra grande dinamismo. A frente "Unidade de Esquerda", animada pelos comunistas está prestes a tornar-se uma força nacional: nas eleições parciais de Lima, em 1967, ultrpassa cem mil votos, o que representa 15% dos sufrágios.

Entretanto o grande vencedor da consulta referida e que se apresenta como vencedor para as próximas eleições é o velho partido de extrema direita A. P. R. A., que beneficia da sua implantação em todo o País, e até do prestígio do seu longíquo passado radical. Congregando os descontentes e a oligarquia tradicional, aparece como um substituto possível, no qual o próprio Belaunde tenta procurar apoio.

Ora, os militares são adversários irredutíveis do A. P. R. A., embora de um modo menos unânime que no passado. Houve muitos cadáveres no tempo em que o A. P. R. A. era anti-oligárquico e os militares o principal instrumento dessa oligarquia. Em todas as circunstâncias, e pela última vez em 1962, os militares opuseram-se à tomada do poder, mesmo legal, pelo A. P. R. A. Apresentando-se a eventualidade de novo, a intervenção militar era de esperar.

Os acontecimentos de Setembro de 1968, vão acelarar as coisas. O mal-estar provocado em todo o país pela assinatura de um contrato vergonhoso entre o Estado e o "trust" petrolífero norte-americano, IPC, que fica com a parte do leão, e depois o desaparecimento misterioso de uma página do exemplar único desse contrato, abriu nova crise. A 17 de Setembro as principais entidades militares reunem-se para examinar a situação.

Houve a convicção de que os americanos não apoiariam Belaunde até ao fim, pois as F. A. peruanas estavam a ser armadas na Europa, o que fazia concorrência aos grandes "trusts" americanos e lhes desagradava sobremaneira. No Rio de Janeiro, aquando da conferência dos chefes militares do continente americano, o general Westmoreland, acentua que "a acção social e política destinada a extirpar as causas das frustações é por vezes mais importante que a acção militar propriamente dita". Os militares peruanos vêm nesta afirmação doutrinária uma condenação implícita da "experiência Belaunde" que conduz a maiores frustações. Sobretudo, ouvirão aí eco das suas próprias reflexões sobre o novo papel que cabe às forças armadas da América Latina.

O Governo de Belaunde tenta sobreviver fazendo uma remodelação ministerial, ao fim de uma longa reunião em 29 de Setembro, mas a decisão dos militares já está tomada. Para realizar as reformas que nenhuma outra força política não quer ou não pode empreender, os militares tomam o poder.

MILITARES PROGRESSISTAS?

Os militares que tomaram o poder em 3 de Outubro de 1968, já não falam a linguagem da "restauração" como em 1948, ou do "restabelecimento da ordem" como em 1962. Apresentam-se como uma Junta Revolucionária e proclamam leis que permitem avaliar até onde vai esta orientação:

Artigo 1.º As F. A. do País, considerando o desejo dos cidadãos e conscientes da inelutável necessidade de pôr fim ao caos económico, à imoralidade da administração, à improvisação, à alienação dos recursos naturais, à sua exploração em proveito de grupos privilegiados, ao abandono da autoridade e à incapacidade de realizar as urgentes reformas estruturais que o bem-estar do Povo Peruano e o desenvolvimento do país exigem, assumem a responsabilidade de dirigirem o Estado a fim de o orientar irreversivelmente para a realização dos objectivos nacionais.

"Art. 2.º O Governo Revolucionário das F. A. tem como principal fim, atingir os seguintes objectivos:

a) Transformar a estrutura do Estado para a tornar mais dinâmica e mais eficaz em vista a uma melhoria da acção governativa;
b) Elevar a níveis de vida compatíveis com a dignidade de pessoa humana os sectores menos favorecidos de população realizando para isso a transformação das estruturas económicas, sociais e culturais do país;
c) Imprimir aos actos do Governo uma orientação patriótica e independente apoiando-se na defesa resoluta da soberania e da dignidade do país;
d) Moralizar o país em todos os domínios da actividade nacional e restabelecer plenamente o princípio da autoridade, o respeito pela lei, o primado da justiça;
e) Promover a união, a concórdia e a integração dos peruanos reforçando a consciência nacional."

Este exército que tinha feito tudo até aqui para assegurar o poder das classes dirigentes, estaria realmente convencido pela amplitude da crise económica, política e moral? Que, não há mais nada de válido a esperar do desconsiderado reformismo burguês, nem da oligarquia conservadora e demagógica que se preparava para governar através da A. P. R. A.?

Os factos vão encarregar-se de esclarecer a questão de saber se as F. A. são simples instrumento do imperialismo ou da oligarquia que quer retomar a totalidade do poder — ou uma força, agindo agora com autonomia, tendo em vista impedir uma verdadeira revolução ou então promover com originalidade mudanças radicais atenuando a fraqueza do movimento revolucionário, propriamente dito, nesta etapa do processo histórico.

Na origem desta mudança há certamente múltiplos factores. A economia e a sociedade peruanas estão em vias de desorganização e de subversão desde os anos 50. O desenvolvimento do capitalismo entra em contraste com as estruturas tradicionais dominantes, dando uma força crescente aos trabalhadores da cidade e do campo. A inadaptação da oligarquia, o fracasso do reformismo, a força e a fraqueza do movimento revolucionário, criam no contexto da nova relação de forças no continente, e no mundo, uma situação de crise política e ideológica na instituição militar que, pela sua composição e a sua própria função, não pode ser preservada. Ora nem a sua origem, nem a sua actividade a ligam indossoluvelmente aos interesses da oligarquia.

Depois do fim da época colonial, os oficiais peruanos deixam de ser originários da oligarquia que soube reservar uma outra fortuna para os seus filhos, diferente da carreira militar: donde o facto de apenas 18% dos oficiais serem originários de Lima, enquanto que directores de bancos e homens de negócios são 78% de Lima. Duma maneira geral, vêem da província, contudo não pertencem às camadas de mais nível de vida, pois que para ser oficial é necessário ter estudos secundários e se nos reportarmos a 1965, constatamos que apenas 3% da população tinha estudos secundários. Podemos portanto concluir que a maioria dos oficiais é uma élite originária da média burguesia provinciana e mesmo, cada vez mais das camadas médias "inferiores".

As forças armadas peruanas partilham de um certo prestígio no continente latino-americano, não devido ao seu poder numérico ou ao seu equipamento, que se pode considerar de nível médio à escala do continente, mas sim devido ao nível profissional do corpo de oficiais, onde os generais que tomaram o poder em 1968 constituem a élite. Com efeito, perto de um terço do seu período activo foi consagrado ao estudo sob diversas formas.

Para se ser oficial, depois dos estudos secundários, tem de se concorrer à Academia Militar, onde os estudos, de nível universitário, durante cinco anos conduzem o oficial, ao posto de subtenente. É necessário ainda dois anos de cursos superiores numa escola de especialização para se ser capitão. Outros estudos são necessários para a promoção a comandante, ou poder concorrer para a admissão à Escola Superior de Guerra onde os cursos duram dois anos. Os melhores alunos são enviados ao estrangeiro para aí acabarem a sua formação.

O nível de instrução mais elevado é conseguido no C. A. E. M. (Centro de Altos Estudos Militares), aberto aos oficiais superiores que aí podem seguir o curso de Estado-Maior General de seis meses ou um curso superior de "Defesa Nacional" que dura um ano e é essencialmente consagrado aos problemas sociais, económicos e políticos. A quase totalidade dos oficiais, é assim formada e é, facto notável que entre os melhores alunos será recrutada a maioria dos generais.

Os generais que tomam o poder em 1968 saem todos da Escola Superior de Guerra, excepto dois que seguiram o curso do C. A. E. M. No entanto todos têm um conhecimento, bastante vasto, do país e dos seus problemas.

No C. A. E. M., com a colaboração de economistas e sociólogos da comissão económica da O. N. U. para a América Latina, estudaram a ligação entre os problemas do subdesenvolvimento e os factores de insoburdinação, que originam as guerrilhas. Aprenderam que manter a ordem pública, missão constitucional das forças armadas, não é possível sem promover o bem-estar social.

Desde 1963, que nos livros do C. A. E. M., vem escrito que "no Peru o poder real não é o executivo, nem o legislativo, nem a justiça, nem o eleitorado, mas sim os grandes proprietários, os exportadores, os bancos e os investimentos americanos"!

Tirando a lição da "experiência Belaunde" a Junta Militar, vai consagrar-se a conquistar o poder real e a mudar a sua orientação.

Afirma querer conduzir a bem uma revolução autêntica, nacional, de inspiração

Conforme havíamos prometido, no segundo número, voltamos hoje a analisar a "via peruana" com mais profundidade, utilizando para isso, um estudo feito por Joseph Rozenkier para "La Novelle Critique".

humanista e solidarista. Nem "pronunciamento", nem simples empresa de melhoramento ou modernização do estado de coisas existentes. Nem comunismo, nem socialismo, nem terceira via. Todos os discursos do Chefe de Estado General Velasco Alvarado, repudiam claramente todas estas interpretações e reafirmam ao processo peruano o seu carácter revolucionário e inovador.

O CARÁCTER DO PROCESSO PERUANO

As medidas tomadas pelo governo revolucionário das forças armadas inscrevem-se numa estratégia que tem em vista afastar do poder económico o imperialismo e a oligarquia, para promover um novo tipo de desenvolvimento. Os enclaves estrangeiros, as estruturas agrárias arcaicas, serão eliminadas em proveito da industrialização, base do processo de crescimento.

O Estado controlará o crédito e orientará a economia, na qual intervirá como investidor e como empreiteiro. A importância do sector do Estado e da "participação" operária e camponesa, farão nascer uma nova sociedade, pluralista, não capitalista e não comunista.

Duma maneira genérica, os grandes empreendimentos, já realizados são os seguintes:

1968 — Expropriação do grande "trust" de petróleo IPC;
— Decretos sob o "contrôle" do crédito;
— Estabelecimento de relações comerciais com os países socialistas.

1969 — Afirmação da soberania nacional sobre as 200 milhas;
— Lei legal sobre a pesca;
— Criação duma empresa nacional dos portos;
— Reforma agrária;
— "Contrôle" sobre as empresas açucareiras;
— "Contrôle" sobre o sistema bancário;
— Nacionalização do telefone;
— Gratuitidade do ensino;
— Lei orgânica da universidade;
— Reorganização do sistema judiciário;
— Estatuto da imprensa;
— Assinatura do Pacto Andino.

1970 — Leis sobre as comunidades camponesas e industriais;
— Leis gerais sobre as minas e sobre a indústria;
— Decreto sobre as cooperativas de produção;
— Criação de empresas do Estado para a farinha e óleo de peixe; e para a exploração e a comercialização do cobre;
— "Contrôle" dos câmbios.

1971 — Lei geral sobre a educação;
— Lei geral das minas;
— Lei geral das pescarias;
— Lei geral do turismo;
— Plano de desenvolvimento 1971-1975;
— Criação da C. O. F. I. D. E. para gerir as acções do Estado nas empresas;
— Criação da Siderofera;
— Criação do Sinamos (sistema nacional de apoio à mobilização social).

1972 — Embargo da Standard Oil of Califórnia;
— Criação da Electro-Peru.

1973 — Monopólio do Estado sobre importação e comercialização de adubos;
— "Contrôle" sobre a produção de cimento.

1974 — Ocupação das instalações do "trust" minero-metalúrgico Cerro de Pasco;
— Tomada de posse das fábricas Grace;
— Criação das empresas de "propriedade social".

Esta lista não é nem exaustiva, nem talvez mesmo significativa, na medida em que ela não faz transparecer nem o contexto, nem a importância das decisões. No entanto, dá ideia das modificações efectuadas.

Para avaliarmos a profundidade das transformações efectuadas na sociedade peruana, vamos analisar algumas das resoluções do VI Congresso do Partido Comunista Peruano, onde se constatou que está aberta "uma etapa qualitativamente nova no desenvolvimento da sociedade peruana".

Assim, o conflito com o imperialismo, a oligarquia e — parcialmente — com a burguesia, tem uma influência profunda sobre o reforço e a acelaração do processo revolucionário, nota a resolução. Por exemplo, são as pressões do imperialismo em política externa, que reforçaram a necessidade de estabelecer relações com os países socialistas, e de manter na O. N. U., e no sistema interamericano, uma orientação independente. É a resistência da burguesia, manifestada pela baixa sensível dos investimentos privados, oposta a certas modificações das relações de produção capitalistas (lei das "comunidades dos trabalhadores") que levou o Governo a criar empresas de "propriedade social" que escapam à direcção da burguesia. O partido comunista, sublinha o amplo "contrôle" da economia tomado pelo Estado:

"contrôle" exclusivo das indústrias de base, criação de empresas de Estado em posição dominante no seu sector (Pescaperu, Pétroperu, Mineroperu, Enafezperu, Electroperu, Peroperu, Cofide, etc. ...).

Reclama a nacionalização rápida da indústria mineira, de toda a actividade bancária, da electricidade e dos ramos principais da indústria pesada.

Reconhece a inevitabilidade do recurso ao financiamento externo, mas exige que este torne a forme de créditos às empresas de Estado, exclusivamente, e somente a título provisório e excepcional ajuda às empresas mistas, sob a forma de participação no capital.

Sublinha a importância da cooperação económica e técnica com os países socialistas; ela poderá jogar um papel decisivo no desenvolvimento do processo revolucionário.

Faz notar, no entanto, que embora o desenvolvimento verificado abra prespectivas de bem-estar e permita uma melhoria sensível da situação das massas populares, contudo, apesar de sérios esforços do governo, a situação continua ainda difícil, pois o custo de vida eleva-se num ritmo superior aos salários, e o desemprego é ainda elevado.

Seria, com efeito, vão pensar que o poder de oligarquia foi totalmente eliminado. A grande imprensa, a rádio, a televisão, o cinema e as editoras, estão ainda no essencial nas mãos dos grupos oligárquicos e conservadores, enquanto o analfabetismo, apesar de uma reforma progressista da educação, é ainda importante.

A oligarquia conserva ainda fortes posições na administração e na justiça. Contudo a posição anti-imperialista e anti-oligárquica do governo, radicalizou-se em reacção às pressões do imperialismo e seus aliados no interior, realçando a fragilidade das teses esquerdistas que caracterizam a política como "manobra de diversão do imperialismo, gorilismo fascinante, ou modernismo ao serviço da burguesia nacional". Com efeito, as medidas tomadas correspondem "aos interesses nacionais e aos da maioria do nosso povo, e são defendidas no plano político não pela burguesia, mas pelo proletariado, o campesinato e as categorias mais exploradas".

A revolução analisa ainda, os esforços do governo para encontrar uma independência ideológica para a teoria de "nem capitalismo nem comunismo" e uma base de massas independente, para pôr no seu devido lugar organismos como a Sinamos ou a "central dos trabalhadores da revolução peruana" (C. T. R. P.).

Mas as principais dificuldades vêm da ofensiva contra revolucionária. Com efeito "assiste-se a uma estranha união entre o A. P. R. A. e o esquerdismo, para exacerbar os conflitos e atribuir ao regime actual a responsabilidade de problemas seculares, a fim de mobilizar o povo contra o governo revolucionário".

A resolução adoptada no VI Congresso do Partido Comunista Peruano, termina por afirmar que, "no curso dos cinco anos decorridos, pode-se apreciar que as duas forças mais importantes que amparam o processo, são as forças armadas e a classe operária organizada".

O CERCO

O processo revolucionário peruano quebra pois pouco a pouco as velhas estruturas económicas, sociais e culturais que fazem obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas e da sociedade peruana em todos os aspectos. Muda, numa certa medida, as relações de produção.

No campo desenvolve-se um importante sector cooperativo na agricultura, na criação de animais, na indústria açucareira, etc. ...

A indústria é cada vez mais diversificada e independente, a participação dos trabalhadores é crescente e o papel do Estado é determinante.

O Estado propõe-se organizar a economia em quatro sectores: empresas do Estado, empresas privadas com sistema de "comunidade dos trabalhadores", pequenas empresas privadas e empresas de "propriedade social".

O desenvolvimento económico é incontestável, apesar da influência da conjuntura internacional, à qual a economia peruana não poderá escapar-se. Claro que ainda há muito a fazer para melhorar as condições de existência da maioria de população e dar-lhe um poder de decisão que ela nunca teve, neste país, muito embora o sistema não se possa considerar socialista, é com esta particularidade que as forças armadas desempenham o seu papel dirigente. O que se passa no Peru inscreve-se no activo do processo revolucionário mundial. Marca o falhanço do imperialismo e constitui mesmo o alvo que pode tornar-se privilegiado nesta parte do continente, na hora da contra-revolução no Chile, enquanto as suas riquezas naturais (petróleo, cobre, etc.) constituem uma presa tentadora.

Neste contexto e do facto da radicalização das medidas revolucionárias, assiste-se à polarização das forças políticas; dum lado o Governo das Forças Armas, a classe operária e o povo, do outro, a oligarquia e a contra-revolução.

As provocações patronais, a sabotagem da produção, a especulação, o açambarcamento dos géneros de primeira necessidade e os encerramentos ilegais das empresas, são um dos sintomas duma escalada contra-revolucionário, e contribuem para a inquietante subida do custo de vida, determinado também pela crise petrolífera e cerealífera no plano mundial.

Mas, após Setembro de 1973, os acontecimentos do Chile obrigaram a concentrar mais as atenções no perigo externo, em detrimento da reacção interna, pois efectivamente tem-se a sensação que um verdadeiro cerco está a ser operado pelas juntas militares dos países vizinhos, agindo usualmente como instrumentos, em estreita ligação, ou como reserva do imperialismo principal. Toda uma campanha de imprensa vem sendo orquestrada, apresentando o Peru como uma ameaça.

Numa primeira fase os jornais brasileiros, como o *Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*, demonstram que o Governo Peruano é comunista e está infiltrado por jugoslavos; o *Mercúrio*, do Chile, "descobre" uma base de mísseis soviéticos em Paita, etc. Numa segunda fase, as agências da S. I. P. (Sociedade Interamericana de Imprensa), darão difusão a estes artigos, que aparecerão no resto do mundo, como informação sobre factos reais. Foi este o mecanismo que funcionou contra o Chile de Allende.

É assim que um semanário, bastante "sério" e influente junto de certos meios de negócios, o *Economist*, de Londres, publicou em Fevereiro último, longas e detalhadas informações de onde se retira uma impressão nítida de insegurança no Peru e de que a economia está sendo militarizada. O resultado é o esperado: desencorajamento dos investidores e procura doutros centros de expansão mais tranquilos.

MFA = Democratizar + Descolonizar + Desenvolver

Era este o fim daqueles que sabem bem que travando o financiamento externo, é o desenvolvimento interno, e portanto o crédito político do regime, que será atingido.

No entanto o General Velasco está atento e vai dizendo: "Nós não cessamos de alertar os nossos vizinhos e a opinião internacional sobre o absurdo das despesas militares inconsideradas por países em via de desenvolvimento. O golpe de Estado chileno modificou completamente a relação de forças na América do Sul. É verdade que procurámos, depois, aumentar a nossa capacidade defensiva. Pedimos armamento aos americanos que o recusaram. Voltâmo-nos para a França, mas os seus carros, por certo excelentes, são demasiado caros. Então aceitámos as propostas soviéticas. É o nosso direito e o nosso interesse. Mas, certamente, que se respeita a cronologia e que se não esquece a minha proposta formal, transmitida a todos os vizinhos, em favor duma paragem das compras de armas nesta região do mundo".

Democratização das Forças Armadas

(Continuação da pág. 1)

Nem a designação de elementos para a JSN a partir das eleições pelos Conselhos de Armas é sinal dessa falsa democratização? Trata-se do preenchimento de lugares políticos exigidos por um período de excepção durante o qual as Forças Armadas terão a seu cargo o objectivo de instaurar a democracia em Portugal.

Numas Forças Armadas democráticas, o chefe em cada escalão é o primeiro responsável, no seu sector de actividade, pela defesa das conquistas da democracia. Neste sentido, o chefe militar procurará obter a máxima eficiência possível do grupo que comanda. Para tal deverá fazer uso dos processos democráticos de comando, e deve pôr de parte o tipo de comando autocrático.

No comando democrático, o chefe:

- Faz intervir o grupo;
- As linhas de acção surgem mais como resultado de conjunto do que por acção única de cima para baixo;
- Permite a participação mais activa dos subordinados, aumentando o seu sentimento de liberdade e de responsabilidade.

É todo um processo de alteração chefe-grupo, que conduzirá necessariamente à tomada das melhores decisões pelo chefe.

Portanto, haverá que fazer um esforço no sentido de introduzir nas Forças Armadas os processos democráticos de gestão, geradores de soluções mais equilibradas e dinâmicas. O comando democrático em si é um comando dinâmico.

Confundir a adopção de formas democráticas de dirigir com inversão de hierarquias ou com a "falsa democratização" a que já nos referimos, é pura ameaça para a democracia que pretendemos construir.

ALGUNS ASPECTOS PRÁTICOS

No actual estádio da vida nacional, cabe às F. A. uma importante missão — a defesa intransigente do Programa do M. F. A., que o mesmo é dizer, assegurar o avanço do processo democrático que se inciou na madrugada de 25 de Abril.

Muitos perguntarão se a *democratização* não deverá começar pelas próprias F. A.

Quanto a este ponto, é necessário que se tome em consideração a palavra *Democracia* aplicada às F. A. se a entendermos como o estabelecimento de um clima de respeito mútuo e consciente, de definição das responsabilidades de cada um, o acabar com o anacronismo das situações, com o favoritismo e o abuso da autoridade, então sim, a democratização é prioritária nas F. A.

Outra interpretação, pode ser a que se emprega vulgarmente, e neste caso, já a questão é um pouco diferente.

Não pode haver uma *Democracia* no sentido etimológico da palavra, no seio das F. A., sob pena de se transformarem num corpo sem a mínima operacionalidade e capacidade de intervenção.

Senão vejamos:

As F. A., têm de se manter prontas para qualquer intervenção contra as forças que pretendem sabotar o processo democrático e retroceder para a situação ditatorial que nos oprimia, tal como se verificou no 28 de Setembro.

Essa intervenção só pode resultar se as F. A. estiverem estruturadas, coesas, e cimentadas por uma disciplina consciente, onde a hierarquia das competências substitui a velha hierarquia.

As tendências de *democratismo*, e *igualitarismo*, no seio das F. A. devem ser combatidas porque contrárias aos interesses do Povo Português e das próprias F. A. No momento histórico que atravessamos, à exploração dessas tendências, demagogicamente encetada, são manifestamente prejudiciais.

Para serem efectivamente a garantia de um Portugal renovado, saído do caos de 48 anos de "ordem" ditatorial, as F. A. devem manter-se unidas e firmes prontas a enfrentar qualquer tentativa de desvio ao Programa, proporcionando assim ao Povo Português a construção de um novo País.

Como exemplos muito concretos de democratização nas F. A., e no caso específico da Armada temos o Despacho do Chefe do Estado Maior da Armada n.º 84/74 de 4/10/1974, que regulamenta o Serviço do Bem-estar naquele ramo (ver Boletim N.º 3 pag. 2).

Nesse regulamento podem-se encontrar algumas inovações que, por inéditas nas F. A. portuguesas, muito vêm contribuir para o despertar de um espírito renovador.

Essa democratização não choca com a hierarquia e a disciplina, antes a reforça e a racionaliza, se forem tidas em atenção as características próprias de cada ramo das F. A.

Tanto oficiais como sargentos e praças podem e devem colaborar em iniciativas comuns de interesse para todos sem que a disciplina seja atingida.

Podem-se citar por exemplo reuniões de esclarecimento sobre os objectivos do Governo e do M. F. A.; administração de cantinas e cooperativas das unidades; promoção de reuniões de caracter cultural, organização de bibliotecas e colaboração nas actividades desportivas.

Outro processo de colaboração, como o despacho 84/74 do CEMA salienta, é o caracter consultivo das CBE no que se refere a disciplina, sendo auxílios preciosos dos comandos. Outra iniciativa mobilizadora, é a publicação de jornais de unidade e jornais de parede.

O associativismo, tão perseguido e taxado de "subversivo" pelo fascismo no meio civil, era inconcebível nas F. A.

Também neste campo, a democratização passa pelo fomento do associativismo, englobando ele as diversas classes (oficiais, sargentos e praças) como nas cooperativas de unidade, que embora já existindo antes do 25 de Abril, necessitam de uma redefinição e reestruturação. As cooperativas podem e devem ser transformadas efectivamente num ponto de encontro, de colaboração, enfim, de verdadeira cooperação.

Outro aspecto de que se pode revestir o associativismo é o caso da CDAP na Armada.

A Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças da Armada, é o exemplo vivo de como, sem atingir a hierarquia antes reforçando-a, se consegue incentivar o espírito de cooperação entre os militares.

Quem diz Comissões de Praças, diz de Sargentos ou de Oficiais, pois o fim é o mesmo — a defesa do Programa do M. F. A., esclarecendo sobre os seus reais e concretos objectivos.

Com tudo isto se pretende que as diferentes classes das F. A. se olhem não como adversários, mas sim como complementos de uma mesma tarefa que, hoje mais do que nunca, nos transcende a todos — *a construção de um País Novo.*

UMA NOVA SOCIEDADE MILITAR

EM SEPARATA UM POSTER DE *JOÃO ABEL MANTA* SOBRE O M. F. A. — DINAMIZAÇÃO CULTURAL

PROGRAMA RÁDIO DO M. F. A.

Na Emissora Nacional:	No Rádio Clube Português:
3.as, 5.as e 6.as feiras das 18,15 às 19,00 horas	4.as e 6.as feiras das 22,00 às 22,20 horas

ECONOMIA — POLÍTICA

A AGRICULTURA PORTUGUESA

(Continuação da pág. 3)

coamento dos seus produtos para os locais de consumo.

Tentando de alguma forma responder a todos estes problemas, o Governo Provisório, ciente da urgência de uma actuação e da transitoriedade da sua vigência, o que lhe acarreteria certamente deixar a obra em meio, apenas refere neste campo as medidas a que atrás fizemos referência: "definição da agricultura e reforma gradual da estrutura agrária". Parece pouco. Talvez a agricultura portuguesa aguente ainda mais um ano de subsídios, manobras políticas e feiras agrícolas . . . .

Voltaremos em breve a estes pontos, tratando-os mais detalhadamente.

ISENÇÃO PARTIDÁRIA

Tendo surgido ultimamente algumas referências susceptíveis de interpretações incorrectas sobre a ligação do M. F. A. com partidos ou movimentos, esclarecemos:

O M. F. A. fez uma revolução para derrubar o fascismo, devendo portanto a sua orientação ser considerada na linha progressista.

À esquerda do fascismo (fórmula política do desespero para garantir a manutenção do capital monopolista) situa-se um leque de possíveis soluções todas eivadas em maior ou menor grau de tendências socialistas. São elas que representam o sentido progressista da revolução; baseiam-se no reconhecimento de que o Estado terá que intervir para garantir o caminho da maior justiça social.

O M. F. A. não tem partido político, nem é um partido político. **O M. F. A., interpretando a vontade da esmagadora maioria dos portugueses, dinamiza as Forças Armadas, que nele se vão transformando, polariza todas as forças democráticas, exige o cumprimento do programa que apresentou à Nação.**

O M. F. A. encontra-se acima dos partidos políticos aceitando todos os que se não oponham ao seu programa. **Unido com o povo, assegura a instauração de uma autêntica democracia pluralista em Portugal.**

O M. F. A. encontra-se atento relativamente àqueles que camufladamente, fazem o jogo da reacção; combate vigorosamente todas as formas de sabotagem da ordem pré-democrática estabelecida.

O M. F. A. não se encontra comprometido com qualquer movimento político. **Acolhe e incentiva as forças anti-fascistas; mas não se vincula a nenhuma delas, porquanto são múltiplas as formas de expressão democrática e todas são necessárias e devem existir, traduzindo a variedade das opiniões e a prática das liberdades.**

Na página três **O M. F. A. — DO POLÍTICO AO ECONÓMICO**